



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

### O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DO PROEJA

Klayton Santana Porto§§§§§§§§  
(UFRB)

Luana Silva Santana\*\*\*\*\*  
(FTC)

Rosalina Evangelista dos Santos††††††††††  
(Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia)

Zenaide de Oliveira Ferraz Silva\*\*\*\*\*  
(FTC)

#### RESUMO

A educação profissional, assim como o Programa Nacional de Educação Profissional Técnica e de Nível Médio integrada à Educação Básica na modalidade de Educação Jovens e Adultos (PROEJA), constitui uma política pública educacional voltada para a preparação e inserção do educando no mundo do trabalho, bem como o desenvolvimento de habilidades diversas para propiciar a autonomia e a emancipação dos estudantes. Neste sentido, este trabalho teve como objetivo discutir a política da Educação Profissional no âmbito do PROEJA, a fim de analisar o potencial pedagógico das TICs nessa modalidade de ensino. Para isso, buscou-se uma fundamentação que abordassem os conceitos de educação profissional, bem como sobre as políticas públicas e a formação continuada de professores. A abordagem metodológica adotada foi do tipo bibliográfica, as quais além de sinalizarem que o professor tem papel preponderante na inclusão das TICs no ensino. Diante do contexto de transformação e de novas exigências ao aprender e no mundo do trabalho, as mudanças não dizem respeito somente à adoção de métodos diversificados,

---

\*Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA/UEFS), Especialista em Mídias na Educação (UESB), Especialista em Educação Inclusiva e Especial (FINOM). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB);

\*\*Especialista em Meio Ambiente e Sustentabilidade (FINOM). Professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC);

\*\*\*Mestre em Educação Científica e Formação de Professores (UESB). Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia;

\*\*\*\*Mestre em Bioenergia (FTC). Professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC). Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia.

§§§§§§§§

\*\*\*\*\*

††††††††††

††††††††††



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

mas sim à atitudes diante do novo, bem como uma nova concepção de homem, de mundo e sociedade.

**PALAVRAS CHAVE:** Educação profissional. PROEJA. TICs.

### INTRODUÇÃO

A Tecnologia promove o desenvolvimento do comércio, da indústria, da agropecuária, o que determina a absorção de novas técnicas, máquinas e transações financeiras, estimulando, desta forma, o investimento em pesquisas. O uso dos recursos tecnológicos no ensino representa uma nova alternativa de recursos didáticos, de suma importância para a educação, capaz de estimular o estudante na edificação do conhecimento, visto que proporciona o compartilhamento de informações, simula dados relacionados ao cotidiano e promove uma familiarização com equipamentos, seus botões e suas funções.

O mundo do trabalho atual exige dos indivíduos uma multiplicidade de habilidades, as quais extrapolam em muito a mera execução de tarefas voltadas ao campo profissional. Nesse novo quadro, Freitas (2010) ressalta que se faz necessário um profissional que esteja preparado não só para a mera execução de atividades profissionais, mas também para a tomada de decisões, solucionar problemas, munido de um potencial criativo. Neste campo, torna-se necessário a aprofundamento de competências e habilidades que estejam voltadas desde o uso de tecnologias digitais até às tarefas mais básicas próprias do campo profissional (BRASIL, 2000).

A exigência cada vez mais forte do mercado tem exigido um novo perfil de profissional, que esteja preparado para lidar com situações as mais diversas possível, tais como a circulação de produtos, serviços, tecnologias e com as



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

relações interpessoais (BRITTO, 2008). Dessa forma, cabe à escola o papel de inserir o jovem no mundo do trabalho, dotando-o dos pré-requisitos citados acima, os quais, em tese, deverão conduzir-lhe a uma progressiva autonomia. Para atender tal demanda do mercado, o governo brasileiro, por meio da Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96, instituiu dentro da educação básica a Educação Profissional (BRASIL 2007), e, junto a ela, vários programas, a exemplo do PRONATEC, PROJovem, PROEJA dentre outros.

O Programa Nacional de Educação Profissional Técnica e de Nível Médio integrada a Educação Básica na modalidade de Educação Jovens e Adultos - PROEJA, criado pelo decreto Nº 5.478/2005, posteriormente reformulado pelo decreto 5.840/2006 (BRASIL, 2005, 2006), é objeto de estudo e discussão nesse artigo, bem como o a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nessa modalidade de ensino.

O presente estudo tem como enfoque principal o estudo das mídias e a sua utilização pedagógica no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Neste sentido, este trabalho teve como objetivo discutir a política da Educação Profissional no âmbito do PROEJA, a fim de analisar o potencial pedagógico das TICs nessa modalidade de ensino.

### **A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

O mundo capitalista vem passando por profundas mudanças estruturais, sobretudo a partir dos últimos anos do século XX, cujos desdobramentos têm trazido implicações nas relações decorrentes do capital produtivo, bem como nas modalidades de flexibilização e desconcentração do espaço físico e na introdução de novas tecnologias (FRIGOTTO, 2004). Dessa forma tem-se verificado uma sensível redução do número de trabalhadores nos meios produtivos, cujo mercado tem exigido um profissional cada vez mais especializado. A consequência mais



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

direta destas transformações, no âmbito do trabalho, é o surgimento do chamado “desemprego estrutural”, além, é claro, da expansão global da precarização do trabalho (a terceirização, subcontratação, entre outras formas) (ANTUNES, 2004).

Embora de maneira diferenciada, estas transformações no universo do trabalho também marcado países de economia dependente, entre estes, o Brasil. Deste modo, deu-se início a inúmeros debates acerca dos temas e dos problemas concernentes às relações entre educação, trabalho e qualificação profissional (FRIGOTTO, 2004).

A educação na sociedade capitalista está profundamente ligada à divisão do trabalho. A escola atua como protagonista no processo de formação da classe trabalhadora. Conforme Toscano (1987, p. 107), “*o processo educativo tem evidentes implicações com o sistema de divisão social do trabalho e com o regime de propriedade e de produção existentes na sociedade*”. Para tanto, o processo educacional formal deve preparar o indivíduo para uma formação que atenda aos apelos do mercado, bem como a atualização tecnológica, e não somente a simples certificação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, em seu art. 2º, ressalta que “*a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social*”. Souza (2002) nos lembra que a educação profissional seria um ramo da educação escolar, de natureza técnico-científica, que constitui um espaço privilegiado para o aumento da capacidade produtora de ciência e tecnologia.

Considerando que uma parcela significativa dos educandos já está inserida no mundo do trabalho, a educação profissional constituiria um meio capaz de fornecer subsídios aos estudantes a condição destes se prepararem para o trabalho, provendo uma instrumentalização e aproveitando de suas potencialidades por meio da apropriação de conhecimento técnico e teórico (KUENZER, 1986).

Como traço característico do esforço em tornar cada vez mais interligados e intercondicionados os polos formação de acadêmica e de instrumentalização para



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

o trabalho, no caso brasileiro, a partir da década de 1990, passou-se a emergir toda uma legislação, cuja Lei 9.394/96 se apresenta como expoente. Ressalta-se que esta Lei regulamenta tanto a Educação Básica quanto a Educação Superior. Contudo, como tem ocorrido com outras leis, os seus efeitos ainda são tímidos, uma vez que a realidade social objetiva não nos encoraja a falar em “universalização do ensino”, seja qual for a modalidade. Portanto, *“a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”* (CARNEIRO, 2008, p. 45).

Segundo Ambrosini (2012), as políticas públicas direcionadas tanto para a educação profissional como para a EJA apresentam como características básicas a inclusão social, entretanto, estas não tem passado de meras ações paliativas, com o intuito somente de solucionar problemas relacionados a ordem estrutural da sociedade. O oferecimento de cursos especiais abertos à comunidade, desvinculando a exigência de nível de escolaridade daqueles interessados em profissionalização, é uma outra tentativa estatal de expansão deste acesso à formação profissional.

A educação profissional é classificada pela legislação brasileira vigente em três níveis: a) o básico, direcionado a pessoas que possuem qualquer nível de instrução; b) o técnico, voltado para alunos que estão matriculados no ensino médio ou para pessoas que já o tenha concluído; c) o nível tecnológico, voltado somente para estudantes que tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 1994). Pretende-se com a instituição de tal modalidade de educação viabilizar o desenvolvimento científico e tecnológico. Como demonstra Souza (2002), em razão da supracitada transformação produtiva mundial, com implicações tecnológicas sem precedentes, no Brasil a necessidade de se conceber a educação profissional como uma questão fundamental para a formação para o mundo do trabalho se coloca como condição *sine qua non* para desenvolvimento do país.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Frigotto (2004) afirma que a educação profissional, deste modo, se afigura como a mola propulsora do desenvolvimento tecnológico. Contudo, o quadro atual da educação brasileira se acha aquém das exigências do mercado mundial. A polivalência e a capacidade de desempenhar tarefas distintas com o máximo de competências e habilidades, para citar duas das características mais definidoras da tendência mundial, frequentemente não se concretizam.

Conforme afirmam Faria *et al* (2008, p. 56), “*é absolutamente necessário que o trabalhador possua conhecimento do seu ramo de atuação, que tenha cultura geral, compreenda os mecanismos produtivos*”. Nesse contexto, os papéis do professor e do educando devem ser redimensionados, de forma que o primeiro seja reconhecido como mediador da construção do conhecimento, e o segundo, inserido em uma formação calcada em princípios pedagógicos crítico-rationais. Por outro lado, a escola deverá tornar-se o *locus* da consolidação de identidades culturais e de formação profissional.

### **REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DO PROEJA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

O Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), originou-se do Decreto 5.478, de 26/06/2005, durante o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Essa iniciativa revela a decisão governamental de atender a demanda de oferta da educação profissional técnica de nível médio para os jovens e os adultos, que, geralmente, representam uma parcela de sujeitos que são excluídos do ambiente escolar, sobretudo do Ensino Médio regular.

Sob o nº 5.478/05, é instituído no âmbito das instituições federais, o PROEJA, que no seu art. 2º estabelece que: “*os cursos de educação profissional integrada ao ensino médio, no âmbito do PROEJA serão ofertados obedecendo ao*



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

*mínimo inicial de dez por cento do total das vagas de ingresso, tendo como referência o quantitativo de vagas do ano anterior*". (Decreto Nº 5.478/2005). Com o Decreto Nº 5.840 de 13 de julho de 2006, ampliou-se a abrangência do programa, passando a incluir o ensino fundamental. Pini (2009) ressalta que a abrangência também foi ampliada no que diz respeito à origem das instituições que podem ser proponentes de cursos no âmbito do Programa, permitindo sua adoção pelos sistemas de ensino estaduais, municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional. Confere-se ainda a este decreto a importante abertura da esfera pública federal à modalidade de educação de jovens e adultos, com previsão de parcerias significativas com as redes públicas estaduais e municipais de educação, numa ação coordenada em favor da melhoria desta modalidade de educação. A necessidade de romper com o quadro gritante de analfabetismo, fator de exclusão social, é talvez uma das preocupações mais evidentes da investida consubstanciada no PROEJA.

Os desígnios do programa, entretanto, tem sido frustrados por vários equívocos em sua execução. A extensão de sua oferta do ente federal para as esferas Estadual e Municipal não foi acompanhada da devida estruturação pedagógico-administrativa. O ensino profissional do PROEJA ficou restrito às instituições federais, o que apresenta aos interessados uma barreira de ordem geográfica, em virtude do limitado número destas escolas no território nacional (PINI, 2009; PINTO, 2000). Outra limitação marcante reside na deficiência, ou mesmo ausência, da formação dos professores, o que acaba por concorrer, contrariamente ao intento, para o recrudescimento do atraso tecnológico (FRIGOTTO, 2004).

Nesse sentido, o PROEJA pode ser lido como mais uma tentativa governamental em busca da legitimidade por meio de uma política educacional populista e desvinculada da realidade social objetiva. Não é, pois, difícil concluir que, ao longo da história, a escola pública tem sido um instrumento utilizado pela classe dominante para atender aos seus interesses de dominação social (GADOTTI,



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

1979, 1992). A partir da análise desse contexto, Souza (2002, p. 57) afirma que “a formação profissional vem atender aos mecanismos sociais e políticos da reprodução das relações sociais fundadas na estrutura de dominação de classe”.

Nesse sentido, Gadotti (1992) ressalta que se faz necessário pensar um modelo de educação que faça superar as desigualdades históricas da sociedade brasileira. Conforme Gadotti (1997) o que se coloca como questão fundamental é a substituição do modelo de ensino vigente, caracteristicamente narrativo, enciclopedista, marcado por um psitacismo destrutivo, pelo ensino problematizador, bidirecional, que reconheça as especificidades culturais e sociais dos educandos e as incorpore no processo educativo dos mesmos. Em outras palavras, é preciso que se implemente um ensino institucional que vise à interação efetiva entre professor e aluno de tal modo que suscite no primeiro uma perspectiva pedagógica *dialógica*, e no segundo, o senso crítico, tão necessário à faculdade de formular raciocínios hipotético-dedutivos, convertendo-se, por este modo, em sujeito ativo na construção do conhecimento (SOARES, 2010).

No campo da educação de adultos, a pedagogia brasileira ganha um alento promissor com o pensamento de Paulo Freire a partir de 1960. O construtivismo freiriano, valorizando a identidade cultural do educando e optando pela relação dialógica entre este e o professor, inspirou os principais programas de alfabetização do país (GADOTTI, 1989). O trabalho de Freire, de um modo geral, direcionou diversas experiências na educação escolar, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos. Para Freire (1999), a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção esta que vai além do conhecimento dos conteúdos, bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, o que implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Ao modelo educacional dirigido apenas à preparação para o trabalho, submetendo-se, assim, aos anseios da classe dominante, Freire responde com a proposta da *autonomia* dos agentes envolvidos no processo ensino-aprendizagem.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

### **AS NOVAS TECNOLOGIAS E O SEU IMPACTO NA EJA**

Os alunos da modalidade de EJA chegam à escola com um saber próprio, construído por meio de seus mecanismos de sobrevivência e de suas relações sociais empreendidas em seu cotidiano (SOARES, 2003). Dessa forma, o contexto cultural deste aluno trabalhador passa a ser um elo entre a escola e o conhecimento, de forma que sejam minimizados o desinteresse com relação aos estudos, o fracasso escolar e os conflitos decorrentes de sua própria cultura, que, de certa forma, contribuem para elevar os índices de evasão escolar.

O profissional que trabalha com Educação de Jovens e Adultos, deve, dentre outras coisas, valorizar os conhecimentos do aluno, ouvir suas experiências e suposições e relacionar essa sabedoria aos conceitos teóricos; Dialogar sempre, com linguagem e tratamento adequado ao público; Perguntar o que os estudantes sabem sobre o conteúdo e a opinião deles a respeito dos temas antes de abordá-los cientificamente. Dessa forma, o educador mostra que eles sabem, mesmo sem se dar conta disso e compreender que educar jovens e adultos é um ato político e, para isso, ele deve saber estimular o exercício da cidadania (SOARES, 2003, p. 130).

Segundo Moura (2001) a busca pelo resgate da auto-estima, por parte dos estudantes da EJA, deve ser uma das principais metas a serem alcançadas pelos professores na Educação de Jovens e Adultos, independente da etapa de ensino. Barros (2003) ressalta que o professor deve assumir, portanto, a função de mediador da sua própria aprendizagem. Para tanto, a complexidade de ser professor na EJA perpassa não somente pela sua práxis, mas também pela sua interpessoalidade, visto a construção de sua identidade está além do ambiente escolar e das abordagens de ordem metodológica e epistemológica.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Os estudantes jovens e adultos matriculados na EJA acabam exigindo do professor práticas educativas que levem em consideração a sua experiência acumulada e a sua bagagem cultural, além dos saberes disciplinares próprios do currículo. Portanto, essa modalidade de ensino deve responder às suas expectativas e necessidades, a fim de se estabelecer uma íntima relação entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e o posterior uso que os estudantes farão deles em suas vidas (MOURA, 2001; BARROS, 2003). Neste sentido, o uso das TICs se justifica como uma forma de aproximar o conteúdo da realidade vivenciada pelos alunos, levando a uma melhor compreensão dos saberes que os cercam.

Com base nisso, as tecnologias vêm:

Contribuir para auxiliar professores na sua tarefa de transmitir o conhecimento e adquirir uma nova maneira de ensinar cada vez mais criativa, dinâmica, auxiliando novas descobertas, investigações e levado sempre em conta o diálogo. E, para o aluno, pode contribuir para motivar a sua aprendizagem e aprender, passando assim, a ser mais um instrumento de apoio no processo ensino-aprendizagem [...] (MERCADO, 2002, p. 131).

Nesta reflexão o autor citado defende a ideia de que os instrumentos tecnológicos ajudam os educadores no processo de ensino-aprendizagem possibilitando diversas formas de transmitir o conhecimento quanto ao educando a tecnologia facilita a busca de conhecimentos.

A rigor, observa-se que a tecnologia está ocupando um espaço maior no cotidiano das pessoas de maneira acelerada, servindo inclusive de amparo para professores e alunos. Os recursos tecnológicos, portanto, promovem benefícios para a EJA, pois o ensino torna-se mais atrativo e interessante para o aluno, construindo uma rede de conhecimento que pode gerar uma aprendizagem significativa e produtiva na sua vida.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Neste sentido, os recursos tecnológicos, além de causarem desafios, nos trazem oportunidades para o ingresso das tecnologias nas diversas maneiras de comunicação na EJA. Vale lembrar que as mídias estão aí a todo redor e cabe ao cidadão saber fazer uso dessas ferramentas. Ele pode usá-las tanto para o bem como para o mal, mas, cabe aos educadores, orientá-los a utilizar da melhor forma possível. Enfim:

O domínio instrumental de uma tecnologia, seja ela qual for, é insuficiente para que o professor possa compreender seus modos de produção de forma a incorporá-la à prática. É preciso criar situações de formação contextualizada, nas quais os educadores possam utilizar a tecnologia em atividades que lhes permitam interagir para resolver problemas significativos para sua vida e trabalho, representar pensamentos e sentimentos, reinterpretar representações e reconstruí-las para poder contextualizar as situações em práticas pedagógicas com os alunos (ALMEIDA, 2007, p.160).

Almeida, então, enfatiza que, para os docentes, não basta dominar os meios tecnológicos é necessário que toda equipe educacional procure maneiras diversificadas e criativas de usar esses meios para construção do conhecimento. Os educadores precisam orientar os educandos para que eles possam enfrentar os desafios que a tecnologia apresenta de maneira que possibilite a interação dos alunos e que os ajude a solucionar os obstáculos enfrentados em suas vidas, sobretudo em seu campo profissional.

Visto assim, deve haver uma integração entre escola e sociedade quanto ao uso das tecnologias, na troca de informação e ela precisam acontecer de ambas as partes. Urge, então, que o professor, enquanto mediador da aprendizagem, promova essa interação entre educação e comunidade para que contribua mais efetivamente, por meios dos instrumentos tecnológicos, na aprendizagem dos alunos da EJA.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Vale, portanto, salientar que o uso das mídias para construção do conhecimento acontece de forma mais lúdica, livre, prazerosa quando atinge o educando de maneira direta, pois mexe mais com o emocional do que com o racional, porque as informações audiovisuais podem ser passadas por diversos formatos através de textos, imagens, sons, vídeos e animações. Na visão de Barbero (2000, p.55), por exemplo, “os meios de comunicação proporcionaram à sociedade outros canais pelos quais circulam uma multiplicidade de saberes, consequentemente a escola deixou de ser o único espaço de acesso e legitimação do saber”.

Seguindo a lógica desse autor, é desafiadora a ação de educar, pois se faz necessário passar por todos os meios de comunicação para conquistar o educando na busca do seu conhecimento, tornando a escola um espaço mais atrativo. Isso é da responsabilidade da equipe escolar, porque hoje em dia não é somente a escola o meio de transmissão do conhecimento.

É evidente que as tecnologias são úteis para as mudanças na ação pedagógica, mas é preciso compreender que elas sozinhas não transformam nada necessita da colaboração ativa do educador e ele deve sempre diversificar as maneiras de transmitir o conhecimento buscando a melhoria no manuseio desses instrumentos, pois eles servem de apoio no processo de ensino e aprendizagem na educação profissional de jovens e adultos.

### **CONCLUSÕES**

A desarticulação das cadeias produtivas em escala mundial, com a consequente reestruturação do caráter do trabalho, são fenômenos que impõem desafios grandiosos à sociedade global no limiar do século XXI, muitos dos quais, no momento atual, apenas vislumbrados por uma boa parte dos países. Os cidadãos das várias partes do mundo são admoestados e censurados pela globalização contemporânea, caso suas tentativas de adequação à nova não produzam êxito.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

No âmbito específico das políticas públicas brasileiras da Educação de Jovens e Adultos, um dos seus maiores desafios é a inclusão e a manutenção dos estudantes na escola e, posteriormente, a sua inserção no mercado de trabalho. Embora a retórica governamental se esforce em nos fazer crer na autenticidade do caráter emancipador de tais políticas, ao confrontá-las com os indicadores, o que prevalece é o seu aspecto compensatório, fragmentário, revelando, portanto, a inequívoca urgência da necessidade de um redimensionamento político. Qual o real significado destas políticas? A quem se destinam? Estes são questionamentos que, por si só, sustentariam uma ação social contestatória.

No tocante aos aspectos pedagógicos, detecta-se a escassez de docentes qualificados para o trabalho com jovens e adultos e a ausência de estratégias metodológicas direcionadas para os discentes, ambas produto da miopia das políticas públicas vigentes. Embora o Documento Base do PROEJA explicita a ampla oferta de cursos de capacitação, bem como de pós-graduação, *latu e strictu sensu*, para professores que atuam nesta modalidade de ensino, entraves administrativos dificultam sobremaneira o ingresso dos docentes às referidas formações continuadas, sobretudo que tenham como pano de fundo a formação para o uso tecnologias no contexto da educação profissional de jovens e adultos.

Claro está que há necessidade urgente de formulação de políticas públicas, eficaz, diante deste emaranhado de problemas, no sistema educacional, como por exemplo evasão, repetência, especialmente nas classes da EJA. A criação de um novo currículo, onde seja valorizado de fato o homem em toda sua totalidade. Levando-se em consideração que o Brasil tem modo de produção capitalista e está inserido na globalização, é preciso refletir sobre a inclusão nos mundos do conhecimento formal e do emprego especialmente por conta das desigualdades sócio-econômica e do acesso restrito a bens tecnológicos como computador e internet que faz surgir o conceito de “excluído digital”.

Assim, quem ocupa a categoria de excluído da escola e dos bens e serviços próprios do avanço tecnológico tem um grande potencial para ser excluído do



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

mercado de trabalho e contribuir para o crescimento das estatísticas sobre desemprego. Claro que as TICs não podem ser apontadas como a solução para os problemas da educação profissional da EJA, mas é inegável que o processo de inserção das tecnologias é inevitável para auxiliar no progresso da prática pedagógica.

O professor tem papel preponderante na inclusão das TICs no ensino. Diante do contexto de transformação e de novas exigências ao aprender e no mundo do trabalho, as mudanças não dizem respeito somente à adoção de métodos diversificados, mas sim à atitudes diante do novo, bem como uma nova concepção de homem, de mundo e sociedade. Isso significa que o professor terá papéis diferentes a desempenhar, o que torna necessário novos modelos de formação que possam prepará-lo para o uso pedagógico das TICs, assim como para refletir sobre sua prática e durante a sua prática acerca do desenvolvimento, e de seu papel de agente transformador de si mesmo e de seus alunos.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. In: **Educação e . Sociedade**. vol. 25, n. 87, p. 335-351. Campinas, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>> Acesso em: 18 de Jul. 2014.

AMBROSINI, T.F Políticas públicas educacionais emancipatórias: a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional frente ao desafio da emancipação humana. In: **Revista Linhas do Pós Graduação em Educação (PPGE)**. 2012.

BARROS, A. M. A. **A formação dos professores que alfabetizam jovens e adultos**: uma demanda (re) velada. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9 394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação de Jovens e Adultos**. Relator Carlos Roberto Jamil Cury. Brasília: CNE/CEB, 2000.

\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Decreto 5.840/2006**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12/07/2014.

\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Decreto 5478/2005**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12/07/2014.

\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Documento Base** – Programa Nacional de Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – formação inicial e continuada. Brasília: SETEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12/07/2014

BRITTO, L. P. L. Educação de adultos: formação x pragmatismo. In: **REVEJ@: Revista de Educação de Jovens e Adultos**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 53-60, 2008. Disponível em: [http://www.reveja.com.br/sites/default/files/REVEJ@\\_3\\_Percival.pdf](http://www.reveja.com.br/sites/default/files/REVEJ@_3_Percival.pdf). Acesso em: 10/07/2014.

BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CANDAU, M. V. **A didática em questão**. 15. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

CARNEIRO, M. A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARRANO, P. C. R. Juventude: as identidades são múltiplas. In: **Juventude, Educação e Sociedade**, v. 1, 2000.

CHAPANI, D.T **Políticas públicas e história de formação de professores de Ciências: uma análise a partir da teoria social de Habermas**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências. Programa de Pós-graduação Educação para a Ciências. Bauru, 2010.

FARIA, I. C. e Organizadores. Uma reflexão sobre o Trabalho e a Educação Profissional no Brasil. In: **Revista Científica digital da FATEC**. Ano I. Voll. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, H. C. L. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1095-1124, dezembro 2003. Disponível em [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em: 12/07/2014.

FREITAS, R. C. O. **Produções colaborativas de professores de matemática para um currículo integrado do Proeja-IFES**. 306 f. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2010.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In R. Novaes & P. Vannuchi (Orgs.), **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação** (pp. 180-216). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um



ISSN: 2175-5493

**XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**

14 a 16 de outubro de 2015

debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo Cortez, 2005.

GADOTTI, M. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1979.

\_\_\_\_\_. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Educação e poder: introdução à Pedagogia do Conflito**. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1992.

\_\_\_\_\_. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

GATTI, B. A. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

LIMA, L. A. **Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOLL, J. Apresentação. (Org.). In: MOLL, J. **Educação de jovens e adultos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

MOURA, D. H. A (de) formação do alfabetizador: uma das causas pedagógicas do analfabetismo? In: FREITAS, A. F. R. de. **Currículo e cultura no ensino fundamental de jovens e adultos**. III Seminário Municipal de EJA. Maceió, 2001.

PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

PIMENTA, S.G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2001.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11. ed. São Paulo. Cortez, 2000.

PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre (Brasil), Artmed Editora, 2000.

PRATTI, J. C. **Proeja: Política pública e a formação continuada de professores**. Universidade Federal do Rio grande do Sul: Faculdade de Educação Curso de Especialização em educação Profissional e Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Porto alegre. 2009.

SOARES, L. J. G. A formação do educador de jovens e adultos. In: SOARES, L. (Org.). **Aprendendo com a diferença**. Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, C. V. C. O. **Intervenção Pedagógica do Professor em Ambientes Informatizados de Aprendizagem**. Vitória da Conquista, BA: Ed. UESB, 2010.



ISSN: 2175-5493

**XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO**

14 a 16 de outubro de 2015

SOUZA, J. S. **Trabalho, Educação e Sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas: Autores Associados, 2002.

SOUZA, J. S.; SALES, S. R. **Educação de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

TOSCANO, M. **Introdução à Sociologia Educacional**. 6. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.